

isto é, os momentos em que se dá a junção exacta  
entre uma disposição subjectiva  
e as exigências/oportunidades/desafios  
de um momento histórico  
com especial relevo num domínio específico da vida.

Na sociedade activa,  
os ciclos da vida têm de ser entendidos fora da sequência ainda aceite  
de 'aprendizagem/emprego/reforma'.

É certo que a vida adulta significa um **patamar reflexivo**  
que um novo tipo de escola devia fornecer  
– é, de resto, esse o seu único papel  
porque a informação está disponível  
em todo o material electrónico existente.

Já durante o percurso até esse patamar  
há actividades que exprimem a pessoa e que é indispensável realizar.  
A entrada na idade adulta e na autonomia pessoal,  
com a sua carga de responsabilidades e direitos,  
abre então para a circulação entre períodos de actividade,  
de formação intensiva,  
de conhecimento directo do mundo e de outras actividades  
e em que a reforma não pode continuar a ser encarada  
como fim da actividade.

Por isso, a sociedade activa não tem compartimentos estanques  
e nela poderá circular-se de uma actividade para outra.

Impossível? Não é.

Três princípios são indispensáveis:

\* a **diversidade** do trabalho:

- “mudar de trabalho é repousar” (Bossuet)
- tempo-limite numa actividade para ainda se ser inovador
- escolhas como garante de novos horizontes  
(mentira institucional de muitos serviços e empresas)

\* a **flexibilidade**:

- permite a prossecução de interesses ou deveres pessoais;
- garante a mudança de actividade;
- não pode nunca ameaçar os direitos sociais da pessoa

\* a **mobilidade**:

- resultante de outra noção do espaço  
e de outra compreensão do tempo

A revolução industrial (mais ainda do que as revoluções políticas fundadoras) operou uma importante mudança democrática:

associou a pessoa **não à sua família**

(embora o nepotismo de toda a espécie não tenha desaparecido, sobretudo o nepotismo político)

mas **ao seu trabalho**.

A passagem da definição do estatuto e da identidade pelo nascimento à definição pelo trabalho realizado começa por ter na sociedade um aspecto aparentemente integrado que dura o tempo que vai durar a sociedade mercantil.

O imenso mural da Câmara Municipal de Sena, chamado o BOM GOVERNO, e pintado por Ambrosio Lorenzetti entre 1338-1340 (séc. XIV) é uma magnífica representação dessa existência complementar de cada cidadão realizando a sua actividade com um óbvio sentimento de felicidade.

*"A cidade ferve de actividades várias.*

*É um centro de trocas e do comércio:*

*o comerciante vem com as suas mulas carregadas de produtos;*

*o pastor traz o seu rebanho à feira;*

*as mulheres trazem para o mercado os produtos da horta;*

*o camponês vem com o seu animal carregado de feixes de lenha.*

*E nas oficinas, como na de um sapateiro, produz-se e vende-se.*

*Os artesãos trabalham, a mercadoria está exposta,*

*os clientes compram directamente.*

*Os edifícios constituem uma harmonia na sua diversidade,*

*com as suas torres, balcões, varandas pintadas*

*enquanto mais longe os pedreiros constróem novas casas.*

*Central na cidade é a escola*

*onde o professor fala com os alunos.*

*A harmonia é tal que as raparigas da cidade dançam uma roda nas ruas, ao som dos címbalos.*

*A cidade é um lugar de trabalho e de alegria,*

*de verdadeiro "comércio" (material e espiritual) entre todos.*

*Sobre os campos vela a segurança, num painel lê-se:*

*"Que cada homem caminhe sem temor/*

*E que cada um semeie pelo trabalho/*

*enquanto esta cooperação de todos/  
dará à segurança todo o seu poder... "*

*O campo está tão ordenado como a cidade;  
os campos estão intensamente cultivados com culturas bem diferenciadas;  
os habitantes estão espalhados nas colinas;  
os camponeses entregam-se às suas ocupações...  
Um camponês semeia, enquanto outro lavra  
e um terceiro igualiza os sulcos abertos pela charrua, para cobrir o grão.  
Os camponeses malham o trigo  
e o seu ritmo é um sinal da harmonia das coisas e dos gestos."*

Nesta cidade ideal, o trabalho são múltiplas actividades  
que se conjugam, mutuamente se reforçam e parecem indicar  
que todos beneficiam de um mesmo estatuto.  
A actividade das mulheres parece simbolizar  
o papel que desempenham na sociedade:  
garantir a subsistência da vida quotidiana,  
serem afinal, visível e invisivelmente,  
a garantia da sobrevivência de toda a vida humana.

Tivera este mural sido pintado após a industrialização,  
o trabalho das mulheres ter-se-ia tornado monetariamente visível,  
mas sociologicamente invisível.

O olhar sobre as mulheres passou a englobar o seu trabalho  
e aparentemente modificou a imagem da mulher no inconsciente colectivo.  
Mas quanto mais a mulher se inseriu no "mercado do trabalho",  
mais cresceu, paradoxalmente, a invisibilidade da sua actividade  
fora do mercado.

(Até há poucos anos, teve também um efeito perverso  
dentro do próprio grupo social "mulheres" -  
é que as separou em dois grupos:  
as mulheres que "trabalhavam", i.e.,  
que tinham uma actividade remunerada  
e as mulheres que diziam de si mesmas ou de quem era dito  
que "não trabalhavam",  
com essa inconcebível designação de "doméstica",  
isto é, segundo o dicionário, "da casa", da "vida familiar".)

Acentuaram-se, ao longo do processo de industrialização,  
as expectativas quanto às funções diferentes dos homens e das mulheres:  
as actividades multiformes das mulheres no domínio privado  
ficaram marcadas de uma crescente invisibilidade

enquanto as actividades realizadas na esfera pública foram sendo gradualmente cobertas por um véu de invisibilidade. E essa invisibilidade permitiu que se acentuassem condições de discriminação que tornaram a actividade das mulheres cada vez mais difícil.

No nosso país, apesar do progresso das últimas décadas e sobretudo dos últimos anos, estamos ainda longe da realização da igualdade entre homens e mulheres no trabalho, no emprego e na formação profissional. **Porquê?**

**Dois razões** julgo poder vislumbrar.

**Uma** tem que ver com uma herança de séculos, que partilhamos com as mulheres do mundo inteiro, mas que, no nosso caso, decorre da nossa própria cultura, da forma como, ao longo de séculos, as mulheres foram encaradas na história das ideias em Portugal.

(Um livro saído recentemente, "A Mulher" – Bibliografia portuguesa anotada", torna a revelar, nas suas breves resenhas, a percepção de que mundo de fantasmas e de representações e de quantos séculos de preconceitos emerge o pensamento contemporâneo sobre as mulheres.)

É essa herança que torna ainda difícil para as mulheres a sua aceitação no trabalho e no emprego. Para além da quase impossível compatibilização entre as responsabilidades profissionais e as responsabilidades familiares que as mulheres carregam na quase totalidade, a sociedade recebe mal a sua visibilidade e a sua competência.

**A segunda razão** é aquela que me proponho explorar esta manhã: face aos passos lentos da igualdade e às dificuldades encontradas, aqui e no mundo, considero hoje que a **igualdade** só é **possível**,  
**viável**,  
**visível**,  
sem demasiados custos para as mulheres mas sim com benefício para as mulheres e para os homens e para a sociedade no seu conjunto  
**se o quadro conceptual em que se insere for modificado.**

2. Quadro conceptual/lógica dominante sobre o trabalho

A lógica em que procuramos a igualdade ainda se situa no quadro do **contrato social** tal como o conceberam Rousseau e Locke: tratava-se da delegação de poderes no processo de "subordinação" política e da procura de um equilíbrio onde permaneciam intocados a propriedade e os serviços que ela requiere.

É certo que esse "contrato social" **permitiu** a passagem do poder absoluto para o começo **da democracia** e teve efeitos positivos na responsabilidade, que no segundo século da industrialização, o séc.XX, foi assumida pelo Estado na regulação das actividades e na redistribuição do rendimento.

Mas enquanto escrevia o "contrato social" Rousseau escreveu o seu único romance "*La nouvelle Heloise*". Aí dava os conselhos a Julie sobre o que cabia às mulheres fazerem: ter a casa organizada, velar pelos servos, visitar as suas famílias, etc. e terminava a enumeração dessas tarefas com esta exclamação: "Oh! Bienfaisante beauté!"

Ficava aí bem clara a distribuição de funções:  
às mulheres o domínio do privado  
- e o bem-estar das pessoas ligadas ao agregado familiar;  
aos homens o domínio público  
- e o seu bom funcionamento.

Em outros termos: **o contrato social inclui o contrato sexual** e este tem sido mantido através de todo o processo da **era industrial**.

Mas este facto não tem sido levado em conta nem na investigação nem na estruturação do trabalho remunerado quer a nível do Estado quer a nível das reivindicações dos sindicatos.

Dois episódios, que tiveram lugar nos "carrefours da ciência e da cultura", organizados pela presidência da Comissão Europeia, são, cada um à sua maneira, uma clara ilustração da persistência dessa mentalidade.

16 / O primeiro deu-se na presidência de Delors, num carrefour sobre o trabalho. Um professor alemão deduzia, com grande apoio científico, que o desemprego era impossível de combater, dada a entrada das mulheres no mercado de trabalho!

Outro episódio teve lugar sob a presidência de Santer, destinado a produzir ideias para o IV Programa de Igualdade, referiu o grupo das mulheres entre os 25 e os 40 anos, *em uma ocasião* com família e emprego como o grupo mais oprimido na sociedade europeia. Tive o apoio nesta afirmação de duas mulheres notáveis, uma da Dinamarca e outra da Inglaterra, países com longa tradição de participação das mulheres em todas as actividades.

O enraizamento na sociedade de *convicções* ancestrais *Sn* sobre o lugar das mulheres e dos homens nas várias áreas de actividade é um dos maiores, se não o maior, obstáculo à igualdade.

Não poderá haver modificações **estruturais profundas no contrato sexual**, isto é, não só na igualdade de oportunidades nos domínios do trabalho/emprego/formação profissional mas também na actual situação de opressão e stress em que vivem as mulheres mais jovens, - a quem é criada uma condição de **injustiça** objectiva e de marginalidade social, cultural e política - **se não for mudado o contrato social.**

"Não chegam" as medidas legislativas.  
"Não chega" a militância dos activistas.

**NO CERNE DO CONTRATO SOCIAL  
E NO CERNE DA IGUALDADE  
ESTÁ O TRABALHO  
E O CONCEITO QUE DELE TEMOS.**

O diagnóstico sobre a situação do trabalho (ou do "mercado de trabalho") está feito com clareza em muitas fontes.

Numa das mais recentes  
- no relatório, feito em 98 para a Comissão Europeia,

sobre o direito do trabalho - a conclusão é inequívoca:  
"a concordância absoluta entre um modelo de produção (fordista)  
e um sistema de relações sociais chegou ao fim."

Fica posto em causa o "laço de subordinação"  
que caracterizava o contrato no emprego.

Era dada uma importância central  
aos contratos de emprego a tempo inteiro,  
não temporários e  
estandardizados,  
fundados sobre um alto nível de subordinação.

Por um lado, o controle disciplinar por parte do empregador  
e, por outro, um alto nível de estabilidade  
e de compensação em prestações sociais  
e em garantias para o empregado.

Ora, **estas normas estão completamente alteradas**,  
tanto pelas novas tecnologias  
como pelas próprias mudanças da organização do trabalho:  
empresas ligadas em rede,  
externalização de muitos factores, incluindo os sub-contratos.

Fundação Cuidar o Futuro

É preciso dizê-lo sem equívoco:  
a noção de trabalho da era da industrialização  
**deve ser completada hoje**  
por elementos inteiramente novos:  
- a internalização dos **custos ambientais**;  
- a **recomposição do tecido empresarial** fragmentado,  
por vezes, a milhares de Km de distância  
(p.ex. o sistema de reservas da British Airways  
para o mundo inteiro é centralizado informaticamente na Índia).

→ Impacto da globalização na redefinição do trabalho

A globalização é o dado sociológico novo.

Não se trata de um fenómeno mundial idêntico a outros  
que se vão propagando do lugar onde nasceram  
a outras zonas do mundo  
(p.ex. a música rock ou rap).

Não se trata tão pouco de fenómeno inter-nacional cujo lugar se encontra nas grandes instituições multi-laterais, como a ONU e as agências especializadas do sistema ou as instituições de Bretton Woods.

Trata-se, sim, de uma realidade que é imaterial, resultado da tecnologia da informação, e cujo lugar é o planeta.

O mundo da economia e da finança apenas foi o primeiro a servir-se desta nova realidade.

Dentro da lógica do mercado o capital vai onde quer, utiliza o trabalho onde é mais barato e tem menos encargos, é indiferente porque "não vê" a destruição do ambiente, já que essa destruição não aparece monetarizada.

Tem sido referida, cada vez mais incessantemente, a urgente necessidade de **vencer os efeitos nocivos da globalização** através de uma adequada regulação a nível mundial que nenhum dos organismos existentes (mesmo a recente OMC) tem capacidade para estabelecer e pôr em prática.

O contracto social não pode ser eficazmente alterado sem que se crie a vontade política para levar a cabo essa regulação.

O trabalho só pode ser redefinido, tornando-se um factor de qualidade de vida tanto para os homens como para as mulheres se novas formas de regulação travarem os efeitos perversos da globalização a nível económico, financeiro e cultural.

#### Do crescimento sem-emprego a outro tipo de crescimento

A equipa de investigação do Instituto Max Planck, de Berlim, tem levado a cabo uma investigação de grande significado sobre os factores socio-económicos do trabalho.

Assim, afirma que "se entendermos o pleno emprego como trabalho contínuo e a tempo inteiro para cada um, i.e., 8h./dia, 5 dias/semana, 48 semanas/ano e durante quarenta anos da nossa vida, então **o pleno emprego é impossível**".



Há, obviamente, algumas condições imperativas.

**"O pleno emprego não é possível se não conseguirmos coordenar as políticas monetárias/fiscais e salariais de modo a estimular um melhor crescimento qualitativo."**

**O crescimento qualitativo** é entendido aqui como:

aumento do nº dos produtos e dos serviços nos domínios

- da saúde,
- assistência,
- cuidados e educação,
- de infraestruturas públicas,
- de tecnologias da informação,
- de protecção da natureza e do ambiente.

Este crescimento qualitativo aproxima-se da noção de "Qualidade de Vida" desenvolvida por Amartya Sen, e apoiada em conceitos económicos, bem como do objectivo "Qualidade de vida", desenvolvido como foco principal da acção política pela Comissão Independente População e Qualidade de Vida e apoiado nos direitos consignados nas Convenções Internacionais ratificadas pelos Estados-membros das Nações Unidas.

Neste contexto, o trabalho dissocia-se do laço exclusivo e binívoco que o prendia ao crescimento económico, através da figura taylorista da "produtividade" que, a ser usada no nosso tempo, deve ser adequadamente examinada.

### 5. Mudança da economia industrial para a economia de serviços

Não é uma ideia voluntarista que postula a nova relação do trabalho com a produtividade mas sim as novas características da produção.

Enquanto na **economia industrial**, o crescimento era baseado em instrumentos maiores e mais rápidos, e num investimento produtivo em 'hardware' em vez de 'software', em máquinas mais do que em organização, em produtos materiais mais do que em comunicação

na **economia de serviços** será o conhecimento,

a informação,  
 a tecnologia de serviços que terão o papel dominante.  
 Hoje já na agricultura contam-se 80% de serviços, i.e.,  
 armazenagem, transporte e distribuição.  
 Também na manufactura de bens duradouros,  
 a maior parte das funções envolvem actividades de serviços.

Na economia de serviços serão mais frequentes e numerosas  
 as situações de incerteza.  
 (De resto, a experiência quotidiana já revela  
 a dificuldade dos fornecedores de serviços  
 em fazerem face a essa incerteza  
 quando explicam um qualquer estrangulamento do serviço  
 com a já conhecida frase: "Os computadores estão em panne...")

Daí a necessidade de um novo tipo de exigências:  
 mais inteligência,  
 mais racionalidade,  
 mais iniciativa,  
 maior capacidade de intuição.

E, como consequência, a necessidade de uma educação  
 que, acima de tudo, ensine a pensar.

Se essa educação não começar desde já,  
 teremos de fazer face ao problema da exclusão inultrapassável  
 dos 15% de não-empregáveis  
 por iletrismo dos novos códigos.

## 6. Situação de mutantes do trabalho /M

Só se pode fazer face às grandes mudanças no mundo  
 através de transformações radicais  
 sobre **o conteúdo do trabalho**  
 e sobre **o seu lugar** na vida das pessoas.

O trabalho é **um todo**,  
**um continuum**,

que não pode mais assumir as mesmas formas ao longo de toda a vida.

O vínculo de "subordinação" tem de transformar-se,

para garantir trajectórias de vida que incluem períodos  
 de **relação contratual**,  
 de **formação**,  
 de **trabalho independente**.

Como diz o comité de peritos da Comissão Europeia,  
 "o direito do trabalho  
 deve **ser o direito**  
**de todas as formas de trabalho**"

Esta perspectiva abre para uma verdadeira liberdade no domínio do trabalho.  
 Um direito do trabalho assim concebido permite a cada um

- formar-se mais intensamente ou até diversamente,
- tomar iniciativas,
- consagrar-se a exigências de vida familiar,
- dedicar-se a actividades não lucrativas,
- reencontrar o seu lugar no mercado de trabalho. (Alain Supiot)

Nesse continuum,  
 cada segmento possui um valor económico próprio  
 quer se trate de trabalho para mera sobrevivência  
 quer de empregos clássicos de produção de bens e serviços  
 quer de trabalho não-remunerado em voluntariado  
 (e que diz muito sobre a **consciência cívica de uma sociedade**)  
 quer desse mundo de espantoso valor económico  
 que é o trabalho não-remunerado  
 e não-monitarizado  
 realizado até hoje sobretudo pelas mulheres na família.

Na obra hoje clássica da neo-zelandesa Marilyn Waring  
 "Se as mulheres contassem..."  
 é irrefutável a argumentação que demonstra  
 que tomar em linha de conta esse trabalho  
 levaria (levará?) a uma mudança radical  
 que não deixaria intocáveis as estatísticas  
 relativas às contas nacionais!

Também paralelamente importa em cada sociedade considerar  
 o sector informal que representa 70% do trabalho em África  
 e que, em todas as sociedades, adquire formas próprias  
 a que é imperioso dar expressão administrativa e jurídica.

É neste contexto decorrente da noção do trabalho como um continuum  
 que nos podemos considerar hoje

no limiar de uma era  
de "mutantes do trabalho".

O trabalho é uma das componentes com maior **carga civilizacional**  
da dignidade humana  
já que ocupa, pelo menos, a metade das nossas horas despertas,  
dá à pessoa um sentido **de pertença social**,  
permite o reconhecimento social por parte dos outros  
(desde que não se transforme, à japonesa, numa identificação total  
com a instituição em que se trabalha).

### 7. Sociedade activa

Concomitante com este conceito diversificado de trabalho,  
muito diferente do "emprego",  
e quadro de referência para que ~~ele~~ seja possível, *Este*  
temos necessariamente de referir o conceito,  
introduzido no relatório de um grupo de trabalho da OCDE a que pertenci  
sobre o papel das mulheres na reforma estrutural  
dos países industrializados.

Refiro-me ao conceito de **sociedade activa**.

É uma sociedade **intrinsecamente participativa**  
em que todos, em qualquer momento, contribuem  
para o que Alain Touraine costuma chamar  
"a produção da sociedade"  
ou que podemos descrever  
como o conjunto dos sistemas e sub-sistemas de todos os tipos  
que, sendo autónomos,  
são, no entanto, interdependentes e assim constroem a sociedade.

Intensificar na sociedade a sua dimensão "activa"  
ultrapassa as tentativas de realizar o pleno emprego  
ou aumentar a produção da força laboral.

Significa avançar audaciosamente para encorajar  
a participação económica e social,  
reconhecendo as múltiplas áreas de actividades, mercantis ou não,  
nas quais os indivíduos estão empenhados,  
e ter em conta a interdependência crescente  
entre essas áreas de actividades.

A sociedade activa é a sociedade que reconhece que **todas as actividades** são dignas de respeito porque todas contribuem para o seu equilíbrio, progresso e coesão. Só numa sociedade em que esse respeito permaneça vivo é que a sociedade devolve a cada pessoa a **dignidade fundamental** que está na base dos seus direitos.

A sociedade activa reconhece que **os objectivos de cada pessoa** variam ao longo da vida e assegura que esses objectivos possam ser realizados. Jogam aqui não só os diversos ciclos da vida mas também o que podemos chamar 'destino', isto é, os momentos em que se dá a junção exacta entre uma disposição subjectiva e as exigências/oportunidades/desafios de um momento histórico com especial relevo num domínio específico da vida.

Na sociedade activa, os ciclos da vida têm de ser entendidos fora da sequência ainda aceite de 'aprendizagem/emprego/reforma'.

É certo que a vida adulta significa um **patamar reflexivo** que um novo tipo de escola devia fornecer – é, de resto, esse o seu único papel porque a informação está disponível em todo o material electrónico existente.

Já durante o percurso até esse patamar há actividades que exprimem a pessoa e que é indispensável realizar. A entrada na idade adulta e na autonomia pessoal, com a sua carga de responsabilidades e direitos, abre então para a circulação entre períodos de actividade, de formação intensiva, de conhecimento directo do mundo e de outras actividades e em que a reforma não pode continuar a ser encarada como fim da actividade.

Por isso, a sociedade activa não tem compartimentos estanques e nela poderá circular-se de uma actividade para outra.

Impossível? Não é.

Três princípios são indispensáveis:

\* a **diversidade** do trabalho:

- "mudar de trabalho é repousar" (Bossuet)

- tempo-limite numa actividade para ainda se ser inovador
- escolhas como garante de novos horizontes  
(mentira institucional de muitos serviços e empresas)

**\* a flexibilidade:**

- permite a prossecução de interesses ou deveres pessoais;
- garante a mudança de actividade;
- não pode nunca ameaçar os direitos sociais da pessoa

**a mobilidade:**

- resultante de outra noção do espaço e de outra compreensão do tempo  
(ex.: ministra da cultura da Suécia que decidiu trabalhar 3 dias/semana em casa em regime de tele-trabalho e 2 dias/semana em Estocolmo)

Como é isto possível?

Há neste momento soluções que estão a ser pensadas, inventadas e a ser experimentadas. *HS*

A União Europeia ajuda-nos a mudar de escala.

Estas transformações só podem realizar-se num grande espaço de modo a não perturbarem a necessária competitividade das empresas.

Também só podem ser realizadas com a participação de uma gama mais vasta de negociadores, para além dos parceiros sociais tradicionais:

representantes das famílias,  
das escolas,  
dos municípios,  
*dos centros do saber.*

O quadro da sociedade activa que esbocei aqui permite mudar o modo como são atribuídos os papéis sociais aos homens e às mulheres.

Os homens terão tempo – tal como hoje as mulheres têm de ter – para exercerem as responsabilidades familiares, para descobrirem o cuidado quotidiano por outros seres humanos, para viverem o carinho e as tarefas pequenas que aumentam a intimidade das relações. Tornar-se-ão também pessoas mais abertas a outros problemas, para além do trabalho e do futebol.

As mulheres poderão então realizar plenamente as tarefas que escolhem,